

Banco Triângulo S.A.

**Demonstrações financeiras
Consolidadas Conglomerado
Prudencial
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

Ao
Conselho de Administração e Diretoria do
Banco Triângulo S.A.
Uberlândia - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Triângulo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Triângulo S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas notas explicativas nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis consolidadas que divulgam que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco Triângulo S.A. para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen. Consequentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O Banco Triângulo S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 5 de março de 2018.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 3, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 14 de junho de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Zenko Nakassato', written over a light blue horizontal line.

Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769/O-0

BANCO TRIÂNGULO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM
CONGLÔMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

Ativo	2017	2016
Circulante	1.877.273	1.732.777
Disponibilidades (nota 4)	316	923
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	444.743	450.546
Aplicações no mercado aberto (nota 4)	364.547	385.062
Aplicações em depósitos interfinanceiros	80.196	65.484
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (nota 6)	67.778	21.943
Carteira própria	47.435	12.360
Vinculados a prestação de garantias	20.343	9.583
Relações interfinanceiras	64.982	47.351
Pagamentos e recebimentos a liquidar	236	-
Créditos vinculados - depósitos no BACEN	57.868	44.969
Correspondentes	6.878	2.382
Operações de crédito	917.288	897.330
Operações de crédito (nota 7)	1.029.001	1.001.752
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas 7 e 8)	(111.713)	(104.422)
Outros créditos (nota 9)	338.433	281.466
Diversos	342.721	284.938
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas 7, 8 e 9)	(4.288)	(3.472)
Outros valores e bens (nota 10)	43.733	33.218
Bens não de uso próprio	49.714	34.583
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(7.641)	(2.821)
Despesas antecipadas	1.660	1.456
Não circulante - Realizável a longo prazo	463.537	457.541
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (nota 6)	1.077	61.641
Carteira própria	1.077	61.641
Operações de crédito	368.328	309.680
Operações de crédito (nota 7)	381.925	321.245
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas 7 e 8)	(13.597)	(11.565)
Outros créditos (nota 9)	94.132	86.220
Diversos	94.849	86.660
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas 8 e 9)	(717)	(440)
Permanente	109.896	93.449
Investimentos	46.225	40.475
Participações em controladas - no País (nota 11)	45.984	40.234
Outros investimentos	241	241
Imobilizado de uso (nota 12)	15.735	16.153
Imóveis de uso	5.539	5.412
Outras imobilizações de uso	33.238	30.016
Depreciações acumuladas	(23.042)	(19.275)
Ativos intangíveis (nota 13)	47.936	36.821
Outros ativos intangíveis	89.457	73.134
Amortizações acumuladas	(41.521)	(36.313)
Total do ativo	2.450.706	2.283.767

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO TRIÂNGULO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

Passivo	2017	2016
Circulante	972.077	955.051
Depósitos (nota 14 a)	358.116	320.327
Depósitos à vista	177.881	143.920
Depósitos interfinanceiros	-	25.131
Depósitos a prazo	162.707	138.821
Outros Depósitos	17.528	12.455
Recursos de aceites e emissão de títulos (nota 14 b)	221.928	288.704
Obrigações por emissão de Letras de Créditos Imobiliários	93.304	97.202
Obrigações por emissão de Letras Financeiras	128.624	191.502
Relações interfinanceiras	328	2.316
Recebimentos e pagamentos a liquidar	260	2.316
Correspondentes no país	68	-
Relações interdependências	8.051	12.190
Recursos em trânsito de terceiros	8.051	12.190
Obrigações por empréstimos (nota 14 c)	-	52
Empréstimos no País - outras instituições	-	52
Obrigações por repasses no país - instituições oficiais (nota 14 c)	67.752	67.096
BNDES	60.008	46.129
FINAME	7.744	20.967
Outras obrigações (nota 15)	315.902	264.366
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.610	1.151
Sociais e estatutárias (nota 15 b)	10.324	11.181
Fiscais e previdenciárias (nota 15 a)	17.631	27.640
Diversas (nota 15 c)	286.337	224.394
Não Circulante - Exigível a longo prazo	994.137	887.617
Depósitos (nota 14 a)	680.325	609.256
Depósitos interfinanceiros	85.719	-
Depósitos a prazo	594.606	609.256
Recursos de aceites e emissão de títulos (nota 14 b)	174.371	140.433
Obrigações por emissão de Letras de Créditos Imobiliários	7.764	24.669
Obrigações por emissão de Letras Financeiras	166.607	115.764
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais (nota 14 c)	84.485	74.678
BNDES	72.750	60.105
FINAME	11.735	14.573
Outras obrigações (nota 15)	54.956	63.250
Sociais e estatutárias (nota 15 b)	4.005	2.631
Fiscais e previdenciárias (nota 15 a)	21.520	40.890
Diversas (nota 15 c)	29.431	19.729
Resultados de exercícios Futuros	1.800	274
Resultado de Exercícios Futuros	1.800	274
Patrimônio líquido (nota 18)	482.692	440.825
Capital social	285.293	285.293
De domiciliados no País	250.200	250.200
De domiciliados no Exterior	35.093	35.093
Reservas de capital	3.590	3.590
Reservas de lucros	193.809	185.684
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(6)
Lucros acumulados	-	-
Ações em Tesouraria	-	(33.736)
Total do passivo	2.450.706	2.283.767

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO TRIÂNGULO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO CONSOLIDADOS
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	2º Semestre 2017	Exercícios	
		2017	2016
Receitas da intermediação financeira	247.035	511.895	560.099
Operações de crédito (nota 20)	223.013	456.548	469.329
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (nota 21)	24.022	54.587	93.812
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (nota 6 d)	-	760	(3.042)
Despesas da intermediação financeira	(126.346)	(265.002)	(326.455)
Operações de captações no mercado (nota 22)	(47.952)	(111.513)	(181.011)
Operações de empréstimos e repasses	(6.097)	(12.896)	(18.261)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8)	(72.297)	(140.593)	(127.183)
Resultado bruto da intermediação financeira	120.689	246.893	233.644
Outras receitas (despesas) operacionais	(64.820)	(125.886)	(128.222)
Receitas de prestação de serviços (nota 23)	43.597	83.139	72.923
Rendas de tarifas bancárias (nota 24)	54.534	101.837	96.603
Despesas de pessoal (nota 25)	(71.284)	(140.167)	(129.164)
Outras despesas administrativas (nota 26)	(85.383)	(159.338)	(156.503)
Despesas tributárias (nota 27)	(31.722)	(49.054)	(32.973)
Resultado de participações em controladas (nota 11)	3.556	5.651	5.014
Outras receitas operacionais (nota 28 a)	34.994	52.869	37.717
Outras despesas operacionais (nota 28 b)	(13.112)	(20.823)	(21.839)
Resultado operacional	55.869	121.007	105.422
Resultado não operacional	(4.181)	(4.913)	654
Resultado antes da tributação sobre o lucro	51.688	116.094	106.076
Imposto de renda e contribuição social (nota 17)	(7.236)	(23.755)	(20.989)
Provisão para imposto de renda	(24.299)	(32.315)	(10.031)
Provisão para contribuição social	(17.729)	(23.592)	(7.197)
Ativo fiscal diferido	34.792	32.152	(3.761)
Participações estatutárias no lucro	(9.921)	(19.071)	(17.019)
Lucro líquido do semestre / exercício	34.531	73.268	68.068
Juros sobre capital próprio	15.709	31.408	30.297

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO TRIÂNGULO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em Tesouraria	Total
			Legal	Expansão			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	285.293	3.590	31.402	116.511	(2)	-	403.058
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	(4)	-	(4)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	68.068	68.068
Destinações:							
Reserva legal	-	-	3.404	-	-	(3.404)	-
Reserva para expansão	-	-	-	34.367	-	(34.367)	-
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,1089805 por ação	-	-	-	-	-	(30.297)	(30.297)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	285.293	3.590	34.806	150.878	(6)	-	440.825
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	6	-	6
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	-	(33.736)	-	33.736	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	73.269	73.269
Destinações:							
Reserva legal	-	-	3.664	-	-	(3.664)	-
Reserva para expansão	-	-	-	38.197	-	(38.197)	-
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,124370 por ação	-	-	-	-	-	(31.408)	(31.408)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	285.293	3.590	38.470	155.339	-	-	482.692
Saldos em 30 de junho de 2017	285.293	3.590	36.743	117.142	(2)	21.102	463.868
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	2	-	2
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	34.531	34.531
Destinações:							
Reserva legal	-	-	1.727	-	-	(1.727)	-
Reserva para expansão	-	-	-	38.197	-	(38.197)	-
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,062205 por ação	-	-	-	-	-	(15.709)	(15.709)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	285.293	3.590	38.470	155.339	-	-	482.692

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO TRIÂNGULO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
CONGLOMERADO PRUDENCIAL PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

	Exercícios		
	2º Semestre 2017	2017	2016
Fluxo de caixa de atividades operacionais:			
Lucro líquido do semestre / exercício	34.531	73.269	68.068
Ajustes inclusos que não afetam o fluxo de caixa:			
Depreciações e amortizações	5.180	9.553	8.582
Perdas inventário / baixa projetos	4	36	91
Constituição / Reversão para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias	1.875	4.582	15.736
Rendas com aplicações financeiras	(1.867)	(5.393)	(6.741)
Resultado de participação em controladas	(3.556)	(5.651)	(5.014)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	72.297	140.593	127.183
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(34.792)	(32.152)	3.761
Lucro líquido antes das mudanças no capital de giro	73.672	184.837	211.666
Variação de ativos e passivos:			
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(7.519)	(15.039)	(15.294)
Redução (Aumento) em títulos e valores mobiliários	20.492	14.735	(18.178)
Redução em instrumentos financeiros derivativos	-	-	9.208
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	(20.667)	(19.618)	9.669
(Aumento) em operações de crédito	(245.913)	(218.459)	(133.003)
(Aumento) em outros créditos	(27.272)	(34.379)	(31.456)
(Aumento) em outros valores e bens	(455)	(10.515)	(14.978)
Aumento (Redução) em depósitos	135.041	117.481	(214.229)
Aumento (Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	41.706	(32.838)	(22.699)
Aumento (Redução) em relações interdependências	(677)	(4.139)	742
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	20.399	10.660	6.873
Aumento (Redução) em outras obrigações	48.290	39.532	(4.270)
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros	1.502	1.277	(258)
	(35.073)	(151.302)	(427.873)
Caixa líquido proveniente (usado nas) das atividades operacionais	38.599	33.535	(216.207)
Fluxos de caixas das atividades de investimento:			
Baixa intangível	8	8	283
Baixa imobilizado de uso	31	(92)	48
Aquisição de imobilizado de uso	(1.976)	(3.840)	(4.259)
Aplicações no intangível	(10.651)	(16.361)	(16.446)
Aplicações em investimentos	(2.379)	(3.291)	
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	(14.967)	(23.576)	(20.374)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Juros sobre o capital próprio	(15.709)	(31.408)	(30.297)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento	(15.709)	(31.408)	(30.297)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	7.923	(21.449)	(266.878)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	359.447	388.819	655.697
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	367.370	367.370	388.819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Banco Triângulo S.A. (“Banco”) é uma sociedade privada que opera na forma de banco múltiplo através de suas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que operam sob o mesmo controle (Grupo Martins).

2 Elaboração e Apresentação das demonstrações financeiras

Em 31 de outubro de 2013, o CMN emitiu a Resolução nº 4.280 que estabeleceu a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis de forma consolidada, abrangendo também instituições financeiras, entidades autorizadas pelo Bacen, administradoras de consórcios, instituições de pagamento, fundos de investimento e outras empresas que tenham por objeto participação societária nas entidades mencionadas nos quais as entidades do conglomerado, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

Em 31 de março de 2014, o BACEN editou a Circular nº. 3.701 estabelecendo procedimentos para a elaboração, a divulgação e remessa ao Banco Central do Brasil das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, nº 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que for aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Essas demonstrações estão em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Triângulo S.A. em 05 de março de 2018.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Triângulo S.A. foram consolidadas com base nas demonstrações contábeis primárias das entidades, localizadas no País, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto, correspondentes à mesma data-base, eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas

As informações consolidadas apresentadas abrangem as demonstrações financeiras do Banco e da controlada Tricard Serviços de Intermediação de Cartões de Crédito Ltda. cuja participação é de 100,00%.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologado pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

- Pronunciamento conceitual básico (R1). Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.
- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08.
- CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08.
- CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11.
- CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11.
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologados pela Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16.
- CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

3 Práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas são as seguintes:

a. Apuração do resultado

É apurado pelo regime de competência. Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados, basicamente, por disponibilidades e aplicações de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento, na data da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização quando aplicável.

d. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado do exercício.
- (ii) Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, “Ajuste ao valor de mercado - TVM”, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado do exercício mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

- (iii) Títulos mantidos até o vencimento - Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos, em contrapartida ao resultado do exercício. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período.

Hedge de fluxo de caixa: na categoria de hedge de fluxo de caixa classificamos os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição. Para estas operações tanto os instrumentos financeiros derivativos quanto os itens objeto de hedge são ajustados ao valor de mercado. Para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquido dos efeitos tributários, registra-se na conta destacada do Patrimônio líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº. 2.682/99.

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação, exceto nos casos em que há a inclusão de um bem imóvel, possibilitando assim, um *upgrade* de nível de *rating*. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é efetuada com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela referida Resolução. Essa classificação leva em consideração, entre outros, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

g. Demais ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, ajustados pelo valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

h. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos quando aplicável, da respectiva provisão para perdas.

i. Imobilizado

Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535/16, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um exercício social e devem ser reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de impostos sobre a compra e os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento. A depreciação, reconhecida mensalmente, considera a alocação sistemática do valor depreciável ao longo da vida útil econômica do ativo, ou seja, o período de tempo definido ou estimado tecnicamente durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros.

j. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de vigência das licenças de uso que correspondem a sua vida útil.

k. Valor de recuperação dos ativos

Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

l. Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

m. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pela Carta Circular nº 3.429/10, sendo os principais critérios os seguintes:

- (i) Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- (ii) Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- (iii) Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

n. Provisão para garantias financeiras prestadas

Constituída com base no modelo de perda esperada, em montante suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada. A partir de 1º de janeiro de 2017, passou a ser reconhecida no passivo em contrapartida ao resultado do período, conforme Resolução nº 4.512/16, do CMN.

o. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% até agosto de 2015. A partir de setembro a alíquota utilizada foi de 20% do lucro antes do imposto de renda.

São constituídos créditos tributários, às taxas vigentes à época dos balanços, de imposto de renda e contribuição social sobre os saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo destes tributos.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (31.12.2018), conforme Lei n.º 13.169/15.

p. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. Entretanto, os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, poderão divergir dos valores estimados, em face da subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

q. Benefícios a empregados

- (i) Benefícios de curto prazo a empregados
 Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.
- (ii) Planos de contribuição definida
 As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.
- (iii) Planos de benefício definido
 A obrigação líquida do Grupo para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Disponibilidades	316	923
Aplicações em operações compromissadas	364.547	385.062
Aplicações interfinanceiras de liquidez até 90 dias	2.507	2.834
Total	367.370	388.819

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2017	2016
Operações compromissadas - Posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional	364.547	135.022
Notas do Tesouro Nacional	-	250.040
Depósitos interfinanceiros - CDI	80.196	65.484
Total - Circulante	444.743	450.546

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

- a. A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	2017	-	2016
Carteira própria - LFT	48.512		74.001
Vinculados à prestação de garantias - LFT	20.343	-	9.583
Total	68.855	-	83.584
Circulante	67.778		21.943
Não circulante	1.077		61.641

Nas datas-bases acima indicadas, as carteiras de títulos e valores mobiliários estavam classificadas como disponível para venda.

Nos períodos acima não houve reclassificação de títulos entre as categorias.

- b. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os títulos, demonstrados pelos seus valores de custo e contábil, têm a seguinte composição:

	2017		2016	
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado
Títulos disponíveis para venda:				
Carteira própria - LFT	48.511	48.512	74.008	74.001
Vinculados à prestação de Garantias - LFT	20.343	20.343	9.583	9.583
Total	68.854	68.855	83.591	83.584

Os valores de mercado dos títulos públicos foram apurados com base no preço médio divulgado pela ANBIMA e estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

- c. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a composição dos vencimentos da carteira de títulos e valores mobiliários está assim demonstrada:

	<u>2017</u>			<u>2016</u>		
	<u>Até 90 dias</u>	<u>De 1 a 4 anos</u>	<u>Total</u>	<u>De 6 a 12 meses</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>Total</u>
Títulos disponíveis para a venda:						
LFT	67.778	1.077	68.855	21.943	61.641	83.584
Total	<u>67.778</u>	<u>1.077</u>	<u>68.855</u>	<u>21.943</u>	<u>61.641</u>	<u>83.584</u>

d. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender as necessidades próprias, a fim de administrar sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, os quais se referem substancialmente a operações destinadas à proteção de ativos e passivos, envolvendo a alteração de indexadores na aplicação e captação de recursos, contratados em prazos, taxas e montantes compatíveis. A administração desses riscos é efetuada com base em políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições. Esses instrumentos financeiros incluem derivativos que geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Banco não possui saldo referente à posição com instrumentos financeiros derivativos.

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão assim compostos:

	<u>2017</u>			<u>2016</u>		
	<u>Receita</u>	<u>Despesa</u>	<u>Líquido</u>	<u>Receita</u>	<u>Despesa</u>	<u>Líquido</u>
Swap	-	-	-	397	(3.439)	(3.042)
DI Futuro	<u>760</u>	-	<u>760</u>	-	-	-
Total	<u>760</u>	-	<u>760</u>	<u>397</u>	<u>(3.439)</u>	<u>(3.042)</u>

7 Operações de crédito

As informações da carteira, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão assim apresentadas:

a. Composição da carteira por modalidade de operação

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Capital de giro, cheque especial e conta garantida	810.831	741.009
Cartões de crédito	172.557	138.100
Comprar	95.424	111.446
Títulos descontados	151.765	167.710
FINAME / BNDES	154.708	143.328
Adiantamentos a depositantes	2.053	6.581
Financiamentos à exportação	7.500	13.524
Demais direitos creditórios	12.953	1.210
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.135	-
Outros empréstimos	<u>-</u>	<u>89</u>
Subtotal - operações de crédito	<u>1.410.926</u>	<u>1.322.997</u>
Cartões de crédito - Compras a faturar (i)	292.241	220.815
Outros créditos (i)	<u>1.755</u>	<u>1.502</u>
Total	<u>1.704.922</u>	<u>1.545.314</u>
Operações de crédito - circulante	1.029.001	1.001.752
Outros créditos - circulante (conforme nota 9)	293.137	221.514
Operações de crédito - não circulante	381.925	321.245
Outros créditos - não circulante (conforme nota 9)	859	803

(i) Demonstrado como componente da carteira de crédito para fins de publicação. Consta registrado na rubrica de outros créditos. Para maiores detalhes, vide nota 9.

b. Composição da carteira por vencimento

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Parcelas vencidas:		
Até 14 dias	17.930	17.128
Entre 15 e 30 dias	10.730	10.562
Entre 31 e 60 dias	13.039	12.542
Acima de 60 dias	<u>118.125</u>	<u>99.820</u>
	<u>159.824</u>	<u>140.052</u>
Parcelas a vencer:		
Até 30 dias	408.877	380.770
Entre 31 e 60 dias	196.971	186.341
Entre 61 e 90 dias	102.104	81.499
Entre 91 e 180 dias	195.353	198.383
Entre 181 e 360 dias	259.009	236.221
Acima de 360 dias	<u>382.784</u>	<u>322.048</u>
	<u>1.545.098</u>	<u>1.405.262</u>
Total	<u>1.704.922</u>	<u>1.545.314</u>

c. Composição da carteira por setor de atividade

	2017	2016
Comércio	1.091.192	975.694
Pessoa Física	408.952	358.915
Alimentos e Bebidas	64.359	74.909
Serviços Privados	55.776	58.804
Químico e Petroquímico	23.100	14.988
Papel e Celulose	12.104	21.655
Eletrônicos	10.259	11.528
Construção e Imobiliário	4.606	1.319
Agropecuário	3.006	-
Automotivo	2.796	3.720
Transportes	2.299	2.473
Siderurgia e Metalurgia	572	1.169
Madeira e Móveis	150	1.512
Outros	25.751	18.628
Total	1.704.922	1.545.314

d. Composição da carteira por nível de risco

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a composição da carteira por nível de risco está representada por:

Total geral da carteira - 2017

Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira	Provisão - Resolução nº 2.682/99	Provisão complementar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	78.959	-	78.959	-	-	-
A	De 0,50 a 0,99	1.236.505	-	1.236.505	6.183	380	6.563
B	De 1,00 a 2,99	84.744	8.919	93.663	937	263	1.200
C	De 3,00 a 9,99	118.036	11.244	129.280	3.878	983	4.861
D	De 10,00 a 29,99	12.409	11.898	24.307	2.431	-	2.431
E	De 30,00 a 49,99	9.264	12.329	21.593	6.478	416	6894
F	De 50,00 a 69,99	1.933	11.682	13.615	6.807	1	6.808
G	De 70,00 a 99,99	5.209	12.931	18.140	12.698	-	12.698
H	100,00	15.969	72.891	88.860	88.860	-	88.860
Total		1.563.028	141.894	1.704.922	128.272	2.043	130.315

Total geral da carteira - 2016

Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira	Provisão - Resolução nº 2.682/99	Provisão complementar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	111.281	-	111.281	-	2	2
A	De 0,50 a 0,99	1.007.221	6	1.007.227	5.036	5.564	10.600
B	De 1,00 a 2,99	109.846	8.647	118.493	1.185	321	1.506
C	De 3,00 a 9,99	149.770	10.309	160.079	4.803	668	5.471
D	De 10,00 a 29,99	14.438	10.002	24.440	2.444	-	2.444
E	De 30,00 a 49,99	6.691	10.447	17.138	5.141	-	5.141
F	De 50,00 a 69,99	2.492	10.156	12.648	6.324	-	6.324
G	De 70,00 a 99,99	5.095	13.560	18.655	13.058	-	13.058
H	100,00	15.556	59.797	75.353	75.353	-	75.353
Total		1.422.390	122.924	1.545.314	113.344	6.555	119.899

Banco Triângulo S.A.
Demonstrações Financeiras Consolidadas
Conglomerado Prudencial 31 de dezembro de 2017 e 2016

Carteira de Cartões de Crédito - 2017

Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira	Provisão - Resolução n° 2.682/99	Provisão complementar (ii)	Provisão total
A	De 0,50 a 0,99	323.013	-	323.013	1.615	24	1.639
B	De 1,00 a 2,99	10.139	8.035	18.174	182	24	206
C	De 3,00 a 9,99	5.386	10.131	15.517	465	55	520
D	De 10,00 a 29,99	684	11.013	11.697	1.170	-	1.170
E	De 30,00 a 49,99	240	11.097	11.337	3.401	-	3.401
F	De 50,00 a 69,99	208	10.991	11.199	5.599	-	5.599
G	De 70,00 a 99,99	225	10.825	11.050	7.735	-	7.735
H	100,00	2.366	60.445	62.811	62.811	-	62.811
Total		342.261	122.537	464.798	82.978	103	83.081

Carteira de Cartões de Crédito - 2016

Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira	Provisão - Resolução n° 2.682/99	Provisão complementar (ii)	Provisão total
A	De 0,50 a 0,99	249.383	-	249.383	1.247	2.534	3.781
B	De 1,00 a 2,99	5.696	7.967	13.663	136	8	144
C	De 3,00 a 9,99	2.268	8.992	11.260	338	10	348
D	De 10,00 a 29,99	419	9.063	9.482	948	-	948
E	De 30,00 a 49,99	312	9.346	9.658	2.897	-	2.897
F	De 50,00 a 69,99	252	8.977	9.229	4.615	-	4.615
G	De 70,00 a 99,99	225	8.266	8.491	5.943	-	5.943
H	100,00	2.103	45.646	47.749	47.749	-	47.749
Total		260.658	98.257	358.915	63.873	2.552	66.425

Demais Operações - 2017

Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira	Provisão - Resolução n° 2.682/99	Provisão complementar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	78.959	-	78.959	-	-	-
A	De 0,50 a 0,99	913.492	-	913.492	4.568	356	4.924
B	De 1,00 a 2,99	74.605	884	75.489	755	239	994
C	De 3,00 a 9,99	112.650	1.113	113.763	3.413	928	4.341
D	De 10,00 a 29,99	11.725	885	12.610	1.261	-	1.261
E	De 30,00 a 49,99	9.024	1.232	10.256	3.077	416	3.493
F	De 50,00 a 69,99	1.725	691	2.416	1.208	1	1.209
G	De 70,00 a 99,99	4.984	2.106	7.090	4.963	-	4.963
H	100,00	13.603	12.446	26.049	26.049	-	26.049
Total		1.220.767	19.357	1.240.124	45.294	1.940	47.234

Demais Operações - 2016

Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira	Provisão - Resolução n° 2.682/99	Provisão complementar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	111.281	-	111.281	-	2	2
A	De 0,50 a 0,99	757.838	6	757.844	3.789	3.030	6.819
B	De 1,00 a 2,99	104.150	680	104.830	1.049	313	1.362
C	De 3,00 a 9,99	147.502	1.317	148.819	4.465	658	5.123
D	De 10,00 a 29,99	14.019	939	14.958	1.496	-	1.496
E	De 30,00 a 49,99	6.379	1.101	7.480	2.244	-	2.244
F	De 50,00 a 69,99	2.240	1.179	3.419	1.709	-	1.709
G	De 70,00 a 99,99	4.870	5.294	10.164	7.115	-	7.115
H	100,00	13.453	14.151	27.604	27.604	-	27.604
Total		1.161.732	24.667	1.186.399	49.471	4.003	53.474

- (i) A classificação das operações em curso anormal não contempla o total das parcelas vencidas até 14 dias dos contratos.
- (ii) Refere-se à provisão adicional, ao mínimo exigido pela Resolução nº 2.682/99, para refletir o percentual obtido pelo critério de provisionamento para devedores de operações de crédito.

Esse critério é baseado em sistema de crédito, que leva em consideração o *score* da operação, estruturado mediante avaliação da carteira de crédito, aliada a estudo de diversas variáveis e levantamento de probabilidades, em conformidade às normas previstas na referida Resolução, de acordo com as faixas de provisão mencionadas.

Em face da estabilidade dos indicadores de inadimplência da sua carteira e da perspectiva positiva do cenário econômico, o Banco Triângulo decidiu reverter a provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 5.267 mil, constituída no exercício de 2015.

e. Concentração dos principais devedores de operações de crédito

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Principal devedor	38.865	39.076
10 maiores devedores	109.392	129.280
20 maiores devedores	128.461	129.182
50 maiores devedores	173.802	150.811
100 maiores devedores	168.780	143.791
500 maiores devedores	271.641	251.535
Demais clientes	<u>813.981</u>	<u>701.639</u>
Total	<u>1.704.922</u>	<u>1.545.314</u>

8 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>2017</u>		<u>2016</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Operações de crédito e outros créditos:			
Saldos no início do semestre / exercício	125.931	120.315	122.041
Constituição de provisão	<u>72.297</u>	<u>140.593</u>	<u>127.183</u>
Efeito no resultado	<u>72.297</u>	<u>140.593</u>	<u>127.183</u>
Baixa de créditos prejuízo	<u>(67.913)</u>	<u>(130.593)</u>	<u>(128.909)</u>
Saldos no final do semestre / exercício	<u>130.315</u>	<u>130.315</u>	<u>120.315</u>
Circulante - Operações de crédito	111.713	111.713	104.422
Circulante - Outros créditos	4.288	4.288	3.888
Não circulante - Operações de crédito	13.597	13.597	11.565
Não circulante - Outros créditos	717	717	440

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, houve recuperação de créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 16.204 (R\$ 10.519 em 2016).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, houve operações renegociadas no montante de R\$10.483.

b. Composição da provisão para devedores duvidosos por produto

	2017	2016
Capital de giro, cheque especial e conta garantida	39.002	43.833
Cartões de crédito	79.193	63.203
Compror	2.134	3.558
Títulos descontados	681	895
FINAME / BNDES	3.524	1.037
Adiantamentos a depositantes	648	3.381
Financiamentos à exportação	38	68
Demais direitos creditórios	74	6
Financiamentos rurais e agroindustriais	16	-
Outros empréstimos	-	3
Cartões de crédito - Compras a faturar	3.888	3.222
Outros créditos	1.117	693
Total	130.315	119.899

9 Outros créditos

	2017	2016
Cartões de crédito (a)	292.241	220.815
Clientes a receber	1.278	-
Créditos tributários (nota 17 a)	78.462	71.793
Devedores diversos - País (b)	36.188	38.790
Devedores por compra de bens e aquisições de crédito (d)	1.755	14.063
Devedores por depósitos em garantia (c)	15.528	1.502
Impostos e contribuições a compensar	8.974	1.978
Adiantamentos salariais	818	1.310
Adiantamentos de pagamentos por nossa conta	2.189	21.184
Valores a receber sociedades ligadas	137	163
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.005)	(3.912)
Total	432.565	367.686
Circulante	338.433	281.466
Não circulante	94.132	86.220

- (a) Referem-se às operações com cartões de crédito cujas faturas ainda não foram emitidas, ou que foram emitidas mas ainda não venceram (Demonstrado como componente da carteira de crédito, conforme nota 7 a).
- (b) Referem-se, substancialmente, a créditos junto a bancos correspondentes e lojistas recebíveis em D+1.
- (c) Referem-se, principalmente, a depósitos judiciais do Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social- COFINS, no montante de R\$ 6.669 (R\$ 6.213 em 2016), depósitos de Interposição de Recursos Trabalhistas no montante de R\$ 5.465 (R\$ 4.109 em 2016), e outros depósitos referentes à FGTS, INSS e a caução processual cível no montante de R\$ 3.379 (R\$ 2.802 em 2016).
- (d) Referem-se, a operações de vendas a prazo de bens não de uso retomados junto a clientes inadimplentes. (Demonstrado como componente da carteira de crédito, conforme nota explicativa nº 7 a).

10 Outros valores e bens

a. Bens Não de Uso Próprio

	2017	2016
Imóveis	40.375	32.003
Veículos	33	253
Bens em regime especial	9.306	2.327
Provisão para desvalorização	(7.641)	(2.821)
Total	42.073	31.762

b. Despesas antecipadas

Referem-se basicamente a despesas de seguros e despesas financeiras pagas antecipadamente amortizados linearmente em função dos períodos contratuais no montante de R\$ 1.660 (R\$ 1.456 em 2016).

11 Participações em controladas - no país

Referem-se às participações das controladas Triângulo Participações e Serviços Ltda - TPS, Tribanco Corretora de Seguros S.A e Tripag Meios de Pagamentos Ltda.

As principais informações sobre as controladas estão sumarizadas, como segue:

	2° Semestre			
	Triângulo Participações e Serviços Ltda.	Tribanco Corretora de Seguros S.A.	Tripag Meios de Pagamento Ltda.	Total
Dados da controlada				
Capital social	15.000	3.000	100	
Patrimônio líquido	25.385	20.500	100	
Lucro líquido do semestre	1.061	2.495	-	
Situação dos investimentos				
Participação	99,99%	100%	99%	
Saldo no início do semestre	24.324	18.005	-	42.329
Integralização de investimento	-	-	99	99
Equivalência patrimonial	1.061	2.495	-	3.556
Saldo no fim do semestre	25.385	20.500	99	45.984

	Exercício						
	Triângulo Participações e Serviços Ltda.		Tribanco Corretora de Seguros S.A.		Tripag Meios de Pagamento Ltda.	Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2017	2016
Dados da controlada							
Capital social	15.000	15.000	3.000	3.000	100		
Patrimônio líquido	25.385	24.258	20.500	15.976	100		
Lucro líquido do Exercício	2.102	2.202	4.524	3.432	-		
Situação dos investimentos							
Participação	99,99%	99,99%	100%	100%	99%		
Saldos no início do Exercício	24.258	22.676	15.976	12.544	-	40.234	35.220
Integralização Investimento	-	-	-	-	99	99	-
Distribuição de Dividendos a Acionistas Minoritários	(975)	(620)	-	-	-	(975)	(620)
Equivalência patrimonial	2.102	2.202	4.524	3.432	-	6.626	5.634
Saldos no fim do Exercício	25.385	24.258	20.500	15.976	99	45.984	40.234

Em 06 de dezembro de 2017 o Banco Central do Brasil autorizou o Banco a participar em até 100% do capital da empresa Tripag Meios de Pagamento Ltda.

12 Imobilizado de uso

	Taxa anual de depreciação - %	2017		2016	
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	116	-	116	116
Infraestrutura	-	2.448	-	2.448	2.448
Edificações	4	5.423	(3.977)	1.446	1.535
Sistema de processamento de dados	17 - 40	14.486	(9.841)	4.645	4.002
Instalações	10	4.366	(1.716)	2.650	2.570
Móveis e equipamentos de uso	7 - 25	9.465	(6.149)	3.316	4.195
Sistema de comunicação	8 - 25	1.287	(944)	343	533
Sistema de transporte	20	515	(268)	247	350
Sistema de segurança	10 - 25	671	(147)	524	404
Total		38.777	(23.042)	15.735	16.153

13 Intangível

O intangível refere-se, principalmente, a gastos com aquisição e desenvolvimento logiciais, os quais são amortizados à taxa de 20% ao ano, no montante de R\$ 47.936 (R\$ 36.821 em 2016).

14 Captações

a. Depósitos

A composição dos depósitos por vencimento, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, está representada a seguir:

2017					
Prazos	Depósitos a vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Outros Depósitos (i)	Total
Sem vencimento	177.881	-	-	17.528	195.409
Até 30 dias	-	9.411	-	-	9.411
De 31 a 60 dias	-	10.985	-	-	10.985
De 61 a 90 dias	-	11.405	-	-	11.405
De 91 a 180 dias	-	41.834	-	-	41.834
De 181 a 360 dias	-	89.072	-	-	89.072
Acima de 360 dias	-	594.606	85.719	-	680.325
Total	177.881	816.580	85.719	17.528	1.038.441
Circulante	177.881	162.707	-	17.528	358.116
Não circulante	-	594.606	85.719	-	680.325
2016					
Prazos	Depósitos a vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Outros Depósitos (i)	Total
Sem vencimento	143.920	-	-	12.455	156.375
Até 30 dias	-	19.239	25.131	-	44.370
De 31 a 60 dias	-	5.917	-	-	5.917
De 61 a 90 dias	-	12.989	-	-	12.989
De 91 a 180 dias	-	26.686	-	-	26.686
De 181 a 360 dias	-	73.990	-	-	73.990
Acima de 360 dias	-	609.256	-	-	609.256
Total	143.920	748.077	25.131	12.455	929.583
Circulante	143.920	138.821	25.131	12.455	320.327
Não circulante	-	609.256	-	-	609.256

(i) Refere-se a saldos em moeda eletrônica, mantidos em contas de pagamento pré pagas.

b. Recursos de aceites e emissão de títulos

	2017	2016
Recursos de Letras de Créditos Imobiliários	101.068	121.871
Recursos de Letras Financeiras	295.231	307.266
Total	396.299	429.137
Circulante	221.928	288.704
Não Circulante	174.371	140.433

c. Obrigações por repasses

No país

São representadas por repasses de recursos internos com encargos variáveis e acrescidos da respectiva TJLP no montante de R\$ 152.237 (R\$ 141.774 em 2016).

15 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

	2017	2016
Provisão para riscos fiscais e previdenciários (nota 16) (i) (iii)	-	40.890
Impostos e contribuições a recolher (ii) (iii)	36.241	14.708
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	2.909	12.908
Provisão para impostos e contribuições diferidos	1	24
Total	39.151	68.530
Circulante	17.631	27.640
Não circulante	21.520	40.890

- (i) Em atendimento à Carta Circular nº 3.782/16, com vigência a partir de janeiro de 2017, os montantes de Provisão para riscos fiscais e previdenciários, de 2017, foram migrados para o subtítulo Outras Obrigações - Diversas
- (ii) Referem-se basicamente à tributos retidos relacionados a salários no montante de R\$ 6.724 (R\$ 6.321 em 2016), tributos sobre faturamento (ISS, Pis e Cofins) no montante de R\$ 2.554 (R\$ 2.361 em 2016) e a adesão ao parcelamento de tributos no montante de R\$ 23.461.
- (iii) Em 2017 o Banco aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituído pela Receita Federal do Brasil pela Lei nº 13.496/17 em relação a débitos tributários e previdenciários, administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Os tributos deste refinanciamento, no exercício de 2016 estavam registrados em Provisão para riscos fiscais e previdenciários (R\$33.274) e mediante à esta adesão passaram a configurar, ao final do exercício de 2017 em Impostos e contribuições a recolher (R\$23.461).

b. Sociais e estatutárias

	2017	2016
Participações estatutárias nos lucros	14.329	13.812
Total	14.329	13.812
Circulante	10.324	11.181
Não circulante	4.005	2.631

c. Diversas

	2017	2016
Valores a pagar a estabelecimentos por compras com cartões	252.431	198.069
Provisão para contingências trabalhistas (nota 16 a)	16.105	14.795
Provisões para outras despesas administrativas	13.823	12.077
Provisão para contingências cíveis (nota 16 a)	5.550	4.934
Provisão para despesas com pessoal	8.829	8.316
Provisão para contingências Fiscais (nota 16 a) (i)	7.776	-
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 19)	581	160
Cheques administrativos	136	245
Outras obrigações (i)	10.537	5.527
Total	315.768	244.123
Circulante	286.337	224.394
Não circulante	29.431	19.729

(i) Em atendimento a Carta Circular nº 3.782/16, com vigência a partir de janeiro de 2017, foram efetuados registros no título Provisão para Contingências. Em 2016 o montante respectivo constava registrado no título Fiscais e Previdenciárias - Provisão para riscos fiscais (Vide nota 15 a), bem como foram implementados registros no título Provisão para Garantias Prestadas, totalizando em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 25.

16 Passivos contingentes

O Banco é parte de vários processos judiciais conforme demonstrado abaixo:

a. Os saldos das provisões constituídas são os seguintes:

	2017	2016
Obrigações legais	7.776	40.890
Contingências trabalhistas	16.105	14.795
Contingências cíveis	5.550	4.934
Total	29.431	60.619

b. Movimentação das provisões passivas

2º Semestre 2017				
	Obrigações legais - contingências fiscais e previdenciárias (i)	Contingências trabalhistas	Contingências Cíveis	Total
Saldo no início do semestre	47.508	13.772	4.864	66.144
Movimentação refletida no resultado:				
Constituição (nota 28 b) (i)	5.900	3.962	3.293	13.155
Reversão (nota 28 a) (i)	(41.041)	(976)	(1.336)	(43.353)
Baixa	(4.591)	(653)	(1.271)	(6.515)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.776	16.105	5.550	29.431

Banco Triângulo S.A.
Demonstrações Financeiras Consolidadas
Conglomerado Prudencial 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Exercício				
	2017		2016		
Obrigações legais - contingências fiscais e previdenciárias (i)	Contingências Trabalhistas	Contingências Cíveis	Total	Total	
Saldo no início do exercício	40.890	14.795	4.934	60.619	53.523
Movimentação refletida no resultado:					
Constituição (nota 28 b) (i)	13.145	5.446	4.951	23.542	23.572
Reversão (nota 28 a) (i)	(41.041)	(2.798)	(1.967)	(45.806)	(2.045)
Baixa	(5.218)	(1.338)	(2.368)	(8.924)	(14.431)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.776	16.105	5.550	29.431	60.619

(i) A constituição de Contingências Fiscais tem contrapartida em Despesas Tributárias (nota 27), Outras Despesas Operacionais (nota 28 b) e Ativo Fiscal Diferido (nota 17). Em 2017 os valores estão impactados pela adesão ao PERT, conforme nota 15 a.

O detalhamento das obrigações legais e das contingências trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é o seguinte:

	2017					
	Obrigações legais - contingências fiscais e previdenciárias		Contingências Trabalhistas		Contingências Cíveis	
Perdas	Valor em risco	Valor Provisionado	Valor em risco	Valor Provisionado	Valor em risco	Valor Provisionado
Prováveis	5.988	5.988	11.390	11.390	794	901
Possíveis	1.788	1.788	9.260	4.715	4.738	4.649
Total	7.776	7.776	20.650	16.105	5.532	5.550
Quantidade	15		78		2.377	

	2016					
	Obrigações legais - contingências fiscais e previdenciárias		Contingências Trabalhistas		Contingências Cíveis	
Perdas	Valor em risco	Valor Provisionado	Valor em risco	Valor Provisionado	Valor em risco	Valor Provisionado
Prováveis	34.158	34.158	10.764	10.764	463	463
Possíveis	6.732	6.732	8.063	4.031	4.471	4.471
Total	40.890	40.890	18.827	14.795	4.934	4.934
Quantidade	17		72		1.819	

Os processos judiciais e administrativos, que possuem provisões constituídas, têm como principais objetos:

Cíveis

- (i) Ações judiciais movidas por consumidores (contestação de restrição de crédito e de compras realizadas com cartão, não reconhecimento de adesão de cartão de crédito, etc.).

Trabalhistas

- (ii) Reclamatórias trabalhistas que discutem legalidade da relação de trabalho/emprego.

Tributárias

- (i) PIS: Emenda Constitucional nº 10/96;
- (ii) PIS/COFINS: Não incidência sobre TJLP;
- (iii) PIS/COFINS: Exclusão do ISS da base de cálculo.

Os principais processos com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como **possível**, são os relacionados abaixo, para os quais não há provisão contábil:

Tributárias

- (i) PIS: Discussões administrativas e judiciais que visam afastar a majoração da base de cálculo imposta pelo § 1º do Art. 3 da Lei 9.718/98. A instituição possui decisão transitada em julgado em 19 de dezembro de 2005. Contudo, contrariando a referida decisão, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia - MG não homologou as compensações e autuou a empresa. As cobranças são objeto de discussões administrativas e judiciais.
- (ii) ISS/Multas Municipais: Discussões judiciais e administrativas com municípios, em razão da exigência do tributo em localidades que não há estabelecimento prestador da instituição.

Os saldos das contingências fiscais e previdenciárias classificadas como possíveis totalizam R\$ 41.073 (R\$ 32.505 em 2016).

17 Imposto de renda e contribuição social

O Banco, com base em expectativa de resultados tributáveis futuros, constitui créditos tributários sobre diferenças temporárias, basicamente relativas a provisão para créditos de liquidação duvidosa, ajustes de marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

- (a) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram constituídos com base nas alíquotas vigentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estando assim compostos:

Ativo	2017	2016
Crédito tributário - Imposto de renda		
Sobre diferenças temporárias - provisão para créditos de liquidação duvidosa	38.001	34.112
Sobre diferenças temporárias - provisões passivas	5.844	5.277
Sobre diferenças temporárias - marcação a mercado	-	3
Sobre diferenças temporárias - outros	1.241	705
Total sobre diferenças temporárias - Imposto de Renda	45.086	40.097
Crédito tributário - Contribuição social		
Sobre diferenças temporárias - provisão para créditos de liquidação duvidosa	29.076	27.229
Sobre diferenças temporárias - provisões passivas	3.689	3.901
Sobre diferenças temporárias - marcação a mercado	-	2
Sobre diferenças temporárias - outros	611	564
Total sobre diferenças temporárias - Contribuição social	33.376	31.696
Total classificado em outros créditos	78.462	71.793

- (b) A movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias é a seguinte:

	2017			2016		
	Imposto de renda	Contribuição Social	Total	Imposto de renda	Contribuição Social	Total
Saldo inicial	40.097	31.696	71.793	37.530	29.773	67.303
Constituição	43.601	34.845	78.446	36.620	32.761	69.381
Realização	(38.612)	(33.165)	(71.777)	(34.053)	(30.838)	(64.891)
Saldo final	45.086	33.376	78.462	40.097	31.696	71.793

(c) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários
 O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrarem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. O cronograma de realização dos créditos tributários está apresentado a seguir:

<u>Ano</u>	<u>Valor contábil</u>	
	<u>Imposto de renda e contribuição social</u>	
	<u>sobre diferenças temporárias</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
2017	-	54.067
2018	62.134	15.235
2019	11.843	1.168
2020	1.997	551
2021	903	772
2022	1.585	-
Total	78.462	71.793

Ressalta-se que sobre os ativos e passivos temporários previstos para serem realizados a partir de 2019, conforme estabelecido na Lei 13.169/15, os créditos tributários referentes a Contribuição Social foram constituídos à alíquota de 15% (quinze pontos percentuais).

Em 31 de dezembro de 2017, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, totalizava R\$ 71.059 (R\$ 70.617 em 2016).

Observou-se a realização de créditos tributários no Banco no montante de R\$ 71.735 (R\$ 64.683 em 2016), correspondente a 136% (109% em 2016) da respectiva projeção de utilização para o período de 2017, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2016.

Os encargos com imposto de renda e contribuição social, referentes aos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, estão assim demonstrados:

	<u>2º Semestre / 2017</u>	
	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	51.688	51.688
Participações estatutárias no lucro	(9.922)	(9.922)
Juros sobre capital próprio	(15.709)	(15.709)
Resultado antes dos tributos	26.057	26.057
(+) Adições	86.289	86.199
Adições Temporárias	85.347	85.347
Adições Permanentes	942	852
(-) Exclusões	73.825	73.825
Realizações Temporárias	65.025	65.025
Receita de Equivalência Patrimonial	8.800	8.800
(=) Lucro Real / Base positiva IRPJ e CSLL	38.521	38.431
Despesa Corrente de IRPJ e CSLL	(24.299)	(17.729)
Ativo Fiscal Diferido	21.440	13.352
(=) IRPJ e CSLL Debitado ao Resultado	802	(2.929)

	2017		2016	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	116.094	116.094	106.076	114.076
Participações estatutárias no lucro	(19.072)	(19.072)	(17.019)	(17.019)
Juros sobre capital próprio	(31.408)	(31.408)	(30.297)	(30.297)
Resultado antes dos tributos	65.614	65.614	66.785	66.785
(+) Adições	176.868	176.779	149.339	149.573
Adições Temporárias	174.544	174.544	146.517	146.517
Despesa de Equivalência Patrimonial	975	975	620	620
Adições Permanentes	1.349	1.260	2.202	2.436
(-) Exclusões	175.564	175.564	172.978	172.978
Realizações Temporárias	159.067	159.067	158.986	158.986
Receita de Equivalência Patrimonial	16.497	16.497	13.659	13.659
Exclusões Permanentes	-	-	333	333
(=) Lucro Real / Base positiva IRPJ e CSLL	66.918	66.829	43.146	43.380
Despesa Corrente de IRPJ e CSLL	(32.315)	(23.592)	(10.031)	(7.197)
Ativo Fiscal Diferido	20.292	11.860	(2.017)	(1.744)
(=) IRPJ e CSLL Debitado ao Resultado	(12.023)	(11.732)	(12.048)	(8.941)

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 285.293, constituído por 252.537.712 (278.000.000 em 2016 ações nominativas ordinárias, sem valor nominal).

Em Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2017 foram canceladas as 25.462.288 ações que totalizavam a quantia de R\$ 33.736, sem redução do valor do capital social.

b. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária sujeito à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 3º do art. 202 da Lei nº 6.404/76, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pelo Banco.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, o Banco calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 31.408 (R\$ 30.297 em 2016), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do período e estão sendo apresentados nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva estatutária

A Reserva Estatutária foi criada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais ao Banco, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. O saldo é limitado ao montante do capital social.

O estatuto social do Banco prevê a constituição dessa reserva do lucro líquido por proposta da Diretoria.

19 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução 3.750/09 do CMN e foram efetuadas em condições normais de mercado, no que se refere a prazo de vencimento e taxas de remuneração pactuadas e são as seguintes:

2º Semestre / 2017				
	Natureza de Relacionamento	Despesa de Captação	Outras Receitas	Outras Despesas
Acionistas	Relacionada	(321)	-	=
Subtotal		(321)	-	=
Administradores e Conselho	Relacionada	(2.112)	-	=
Subtotal		(2.112)	-	=
Empresas				
Almart Administração e Part. S.A.	Relacionada	(227)	-	-
Farma Service Distribuidora Ltda.	Relacionada	(65)	-	-
Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A	Relacionada	(1.920)	21	(297)
Martins Integração Logística Ltda.	Relacionada	(229)	-	-
Martins Participações Ltda.	Relacionada	(260)	-	-
Repom S.A.	Relacionada	(1.324)	-	-
SIM Serviços de TI e Intermediação Ltda.	Relacionada	(116)	419	-
Triângulo Participações e Serviços Ltda.	Controlada	(1.040)	-	-
Tribanco Corretora de Seguros S.A	Controlada	(824)	363	-
Tricard Participações Ltda.	Relacionada	(63)	-	-
Demais ligadas	Relacionada	(1.343)	-	=
Subtotal		(7.411)	803	(297)
Pessoas físicas ligadas	Relacionada	(2.495)	-	=
Subtotal		(2.495)	-	=
Total		(9.844)	803	(297)

Banco Triângulo S.A.
Demonstrações Financeiras Consolidadas
Conglomerado Prudencial 31 de dezembro de 2017 e 2016

							2017
Natureza de Relacionamento	Valores a receber	Captações	Outras Obrigações	Despesa de Captação	Outras Receitas	Outras Despesas	
Acionistas	Relacionada	-	2.944	-	(986)	-	-
Subtotal		-	2.944	-	(986)	-	-
Administradores e Conselho	Relacionada	-	55.528	-	(5.336)	-	-
Subtotal		-	55.528	-	(5.336)	-	-
Empresas							
Almart Administração e Part. S.A.	Relacionada	-	8.596	-	(469)	-	-
Farma Service Distribuidora Ltda.	Relacionada	-	667	-	(358)	-	-
Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A	Relacionada	5	85.858	486	(8.340)	48	(358)
Martins Integração Logística Ltda.	Relacionada	-	5.979	-	(578)	-	-
Martins Participações Ltda.	Relacionada	-	8.455	-	(772)	-	-
Repom S.A.	Relacionada	-	52.736	-	(3.228)	-	-
SIM Serviços de TI e Intermediação Ltda.	Relacionada	70	3.269	-	(483)	808	-
Triângulo Participações e Serviços Ltda.	Controlada	-	25.357	-	(2.469)	-	-
Tribanco Corretora de Seguros S.A	Controlada	62	21.297	-	(1.834)	-	-
Tricard Participações Ltda.	Relacionada	-	1.079	-	(3.058)	843	-
Tripag Meios de Pagamento Ltda.	Controlada	-	100	-	-	-	-
Demais ligadas	Relacionada	-	28.721	-	(3.946)	-	-
Subtotal		137	242.114	486	(25.535)	1.699	(358)
Pessoas físicas ligadas	Relacionada	-	52.755	-	(5.969)	-	-
Subtotal		-	52.755	-	(5.969)	-	-
Total		137	300.586	486	(31.857)	1.699	(358)

Banco Triângulo S.A.
Demonstrações Financeiras Consolidadas
Conglomerado Prudencial 31 de dezembro de 2017 e 2016

							2016
	Natureza de Relacionamento	Valores a receber	Captações	Outras Obrigações	Despesa de Captação	Outras Receitas	Outras Despesas
Acionistas	Relacionada	-	11.506	-	(1.403)	-	-
Subtotal		-	<u>11.506</u>	-	<u>(1.403)</u>	-	-
Administradores e Conselho	Relacionada	-	67.245	-	(6.745)	-	-
Subtotal		-	<u>67.245</u>	-	<u>(6.745)</u>	-	-
Empresas							
Almart Administração e Part. S.A.	Relacionada	-	6.192	-	(1.259)	-	-
Farma Service Distribuidora Ltda.	Relacionada	-	2.666	-	(286)	-	-
Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A	Relacionada	8	163.652	128	(22.389)	66	(327)
Martins Integração Logística Ltda.	Relacionada	-	9.713	-	(823)	-	-
Martins Participações Ltda.	Relacionada	-	11.510	-	(1.273)	-	-
Repom S.A.	Relacionada	-	28.986	-	(3.404)	-	-
SIM Serviços de TI e Intermediação Ltda.	Relacionada	65	4.964	-	(2.726)	1.043	-
Smart Varejos Ltda.	Relacionada	-	8	-	(656)	-	-
Triângulo Participações e Serviços Ltda.	Controlada	-	24.225	-	(3.300)	-	-
Tribanco Corretora de Seguros S.A	Controlada	91	16.365	-	(1.948)	962	-
Tricard Participações Ltda.	Relacionada	-	221	-	(212)	-	-
Demais ligadas	Relacionada	-	43.889	-	(5.511)	-	-
Subtotal		<u>164</u>	<u>312.391</u>	<u>128</u>	<u>(43.787)</u>	<u>2.071</u>	<u>(327)</u>
Pessoas Físicas Ligadas	Relacionada	-	69.106	-	(2.235)	-	-
Subtotal		-	<u>69.106</u>	-	<u>(2.235)</u>	-	-
Total		<u>164</u>	<u>460.248</u>	<u>128</u>	<u>(54.170)</u>	<u>2.071</u>	<u>(327)</u>

A remuneração global dos Administradores para o exercício de 2017 foi prevista conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária de 26 de outubro de 2017, entre fixo e variável totalizando o montante de R\$ 19.660 (R\$ 14.716 em 2016), que inclui salários, encargos e benefícios.

Segundo o CPC 5, o qual prevê as formas de remuneração a empregados chaves da Administração e Administradores como parte diretamente relacionada, a despesa no período foi de R\$7.748 (R\$ 7.228 em 2016), como benefício de curto prazo relacionado a honorários, bônus e encargos diretos. Não estão previstas outras formas de remuneração como benefícios de longo prazo, remuneração baseada em ações ou instrumentos financeiros.

20 Rendas de operações de crédito

	<u>2017</u>		<u>2016</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Empréstimos e títulos descontados	183.463	375.206	392.729
Financiamentos	23.879	50.467	59.385
Recuperação de créditos baixados como prejuízos	8.089	16.204	10.518
Antecipação de recebíveis	5.707	11.279	1.150
Adiantamentos a depositantes	1.875	3.392	4.625
Lucros nas cessões de crédito	-	-	708
Avais e fianças	-	-	214
Total	<u>223.013</u>	<u>456.548</u>	<u>469.329</u>

21 Rendas de operações com títulos e valores mobiliários

	<u>2017</u>		<u>2016</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Operações Compromissadas	18.665	42.199	79.533
Depósitos Interfinanceiros	2.264	4.578	3.782
Títulos e Valores Mobiliários	3.093	7.810	10.497
Total	<u>24.022</u>	<u>54.587</u>	<u>93.812</u>

22 Despesas de operações de captações no mercado

	<u>2017</u>		<u>2016</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Depósitos a prazo	28.395	67.791	100.878
Letras Financeiras - LF	10.852	27.418	50.124
Letras de crédito Imobiliário - LCI	4.364	10.901	15.043
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	792	1.579	1.602
Depósitos Interfinanceiros	3.519	3.728	13.269
Operações compromissadas	30	96	95
Total	<u>47.952</u>	<u>111.513</u>	<u>181.011</u>

23 Receitas de prestação de serviços

	<u>2017</u>		<u>2016</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Receita de taxa de administração	26.315	49.156	41.559
Serviço Correspondente bancário	6.378	13.344	15.337
Tarifa Interbancária	5.777	11.555	11.412
Intercâmbio	1.721	3.314	1.148
Outras	3.406	5.770	3.467
Total	<u>43.597</u>	<u>83.139</u>	<u>72.923</u>

24 Rendas de tarifas bancárias

	<u>2017</u>		<u>2016</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Tarifa Bancária - Cartões	32.858	60.457	51.864
Tarifa Cobrança - Cartões	57	77	15
Manutenção de Contas	7.472	14.456	14.351
Transferências de Recursos	3.360	6.027	5.708
Cadastro	727	1.342	1.311
Liberação de Crédito	6.638	12.392	11.666
Outras	<u>3.421</u>	<u>7.086</u>	<u>11.687</u>
Total	<u>54.533</u>	<u>101.837</u>	<u>96.602</u>

25 Despesas com pessoal

	<u>2017</u>		<u>2016</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Proventos	38.884	77.170	71.766
Encargos Sociais	16.570	32.436	29.479
Benefícios	9.888	18.938	17.662
Honorários	4.643	8.407	7.826
Treinamento	1.088	2.822	2.085
Estagiários	<u>211</u>	<u>394</u>	<u>346</u>
Total	<u>71.284</u>	<u>140.167</u>	<u>129.164</u>

26 Outras despesas administrativas

	<u>2017</u>		<u>2016</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Serviços do sistema financeiro	7.883	14.908	16.144
Serviços de terceiros	31.920	61.787	64.507
Comunicações	11.744	22.688	22.655
Viagens no País	1.991	3.655	3.037
Transporte	3.387	6.534	6.355
Depreciação e amortização	5.180	9.553	8.582
Processamento de dados	5.061	9.196	8.635
Serviços técnicos especializados	3.631	6.111	5.412
Propaganda e publicidade	2.285	2.587	1.389
Contribuições filantrópicas	969	1.388	1.211
Promoções e relações públicas	2.668	4.285	3.384
Aluguéis	1.167	2.249	2.475
Outras	<u>7.497</u>	<u>14.397</u>	<u>12.717</u>
Total	<u>85.383</u>	<u>159.338</u>	<u>156.503</u>

27 Despesas Tributárias

	<u>2017</u>		<u>2016</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Pis	2.204	4.309	3.954
Cofins	12.817	25.121	23.173
ISS	2.984	5.701	5.846
Outras (i)	<u>13.717</u>	<u>13.923</u>	<u>-</u>
Total	<u>31.722</u>	<u>49.054</u>	<u>32.973</u>

(i) Refere-se principalmente à adesão ao PERT.

28 Outras receitas e outras despesas operacionais

a. Outras receitas operacionais

	<u>2017</u>		<u>2016</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Reembolso despesas cobrança	7.421	14.944	13.366
Ganho em operação de recebíveis de direito creditório (i)	-	-	341
Variação monetária ativa	1.823	2.307	4.354
Rendas Visa Vale Pedágio	1.908	3.634	3.165
Recolhimento de imposto a maior	-	-	2.166
Atualização depósitos judiciais	201	404	-
Contingências fiscais (ii)	7.735	7.735	-
Contingências cíveis (ii)	1.336	1.967	-
Contingências trabalhistas (ii)	844	2.430	-
Mensalidade cartões	4.132	8.429	7.932
Outras rendas operacionais (iii)	<u>5.112</u>	<u>11.019</u>	<u>6.393</u>
Total	<u>30.512</u>	<u>52.869</u>	<u>37.717</u>

b. Outras despesas operacionais

	<u>2017</u>		<u>2016</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Provisão / perdas nas contingências cíveis (ii)	3.293	4.951	2.810
Provisão / perdas para ações trabalhistas (ii)	3.962	5.446	6.220
Perdas na carteira de cartões	1.839	3.207	2.649
Multas, juros e acréscimos fiscais	577	580	199
Despesas operacionais bandeira	639	1.056	93
Despesas bens retomados	128	375	228
Atualização contingências fiscais (ii)	518	2.564	3.669
Outras	<u>2.156</u>	<u>2.644</u>	<u>5.971</u>
Total	<u>13.112</u>	<u>20.823</u>	<u>21.839</u>

- (i) Refere-se a rendas de aquisição de crédito comércio, indústria e outros.
(ii) Vide nota explicativa 16 b.
(iii) Refere-se principalmente à adesão ao PERT.

29 Benefícios a empregados

O Banco Triângulo é co-patrocinador do Plano de benefícios MartinsPrev, entidade fechada de previdência complementar, que oferece benefício de aposentadoria antecipada ou normal (por tempo de contribuição) e benefícios de risco (invalidez ou pensão por morte).

O MartinsPrev possui planos de benefícios na modalidade de contribuição definida (aposentadoria Antecipada ou Normal) e de benefício definido para os benefícios de risco (invalidez e pensão por morte).

Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a entidade não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais, no caso dos benefícios previstos na modalidade de contribuição definida. Existe um déficit equacionado decorrente de benefícios já concedidos na modalidade de benefício definido (situação anterior a revisão de regulamento realizada em 29/10/2008) no montante de R\$ 640, reconhecido no balanço patrimonial, para o qual o Banco realizou, em 2017, contribuição de 0,15% da folha dos participantes; este percentual é definido na avaliação atuarial anual. No caso dos benefícios de risco existe um convênio de repasse de risco firmado entre o Fundo Administrador e a entidade.

As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

O Banco concede ainda os benefícios de Assistência Médica, Auxílio Refeição e Cesta Alimentação, Auxílio Creche ou Babá, Convênio para Assistência Odontológica e Convênio Farmácia para aquisição de medicamentos.

O empregado dispensado sem justa causa possui a extensão do benefício assistência médica, por um período de 60 dias a 270 dias, conforme tabela por tempo de empresa previsto na convenção coletiva de trabalho.

Durante o exercício o montante de contribuições do Banco junto ao Fundo Administrador atingiu R\$2.854 (R\$2.311 em 2017).

30 Outras informações

a. Índice de Basileia

O Índice de Basileia é apurado de acordo com os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/13 e n.º 4.193/13, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco. Dentro deste contexto regulamentar, o Banco encontra-se enquadrado em relação ao mínimo exigido de 10,5%, sendo 9,25% de Patrimônio de Referência em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco e 1,25% do Adicional de Capital. O Índice de Basileia em dezembro de 2017 foi de 16,36% (16,61% em 2016) com margem de 40,39% do PR (37,87% em 2016) e margem com adicional de conservação 25,11 (34,11 em 2016).

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Patrimônio de Referência Nível I	443.412	419.609
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	2.709.686	2.526.278
RWACPAD	1.836.759	1.762.283
RWAOPAD	872.927	763.705
RWAMPAD	-	290
RBAN	13.678	11.233
Índice de Basileia (%)	16,36	16,61
Capital Nível I (%)	16,36	16,61
Capital Principal (%)	16,36	16,61

b. Avais e Fianças

Os avais e fianças concedidos totalizam R\$3.258 em 31 de dezembro de 2017 (R\$16.287 em 2016).

Conselho de Administração

Juscelino Fernandes Martins - Presidente
José Antônio Rossi Salles - Conselheiro
Ricardo Jabor Canizio - Conselheiro
Francisco Mesquita Neto - Conselheiro
João Ayres Rabello Filho - Conselheiro

Diretoria

Edson Georges Nassar - Presidente
João Ayres Rabello Filho - Diretor
José Mario Garcia Cury - Diretor
Marco Túlio da Silva - Diretor
Janderson de Miranda Facchin - Diretor
Luiz Henrique das Neves - Diretor
Carlos Eduardo Magni - Diretor
Roberto César Durscki - Diretor

Contador

Eurides Nunes da Silva Júnior
CRC - 1SP 258595/O-5 "S" MG